

A cruzada de Funaro no exterior

por Ivo Danway
do Financial Times

Dilson Funaro, o homem mais poderoso, embora o mais isolado, da política brasileira, viaja hoje para Washington para tentar completar a principal missão de sua vida.

Para o ministro da Fazenda, de 53 anos, a crise da dívida do Brasil não é tanto um problema seu, mas sim um problema mundial, uma questão política, e não uma questão econômica, que exige uma solução permanente agora mesmo. Sua cruzada de cinco dias nas capitais dos Estados Unidos e da Europa está exclusivamente destinada a converter os políticos, não a comunidade bancária irremediavelmente infiel, para a qual ele reservou seus esforços posteriores.

Ao contrário de muitos de seus predecessores, Funaro não é um pragmático apenas preocupado com números e contas. Alto, magro, austero, prodigiosamente sério, o proprietário de uma fábrica de brinquedos de São Paulo ganhou o apelido de "Mes-



Dilson Funaro

sias" de uma nação que geralmente se orgulha de seu sensualismo e de sua frivolidade.

O apelido reflete tanto uma reverência respeitosa quanto um alarme mal disfarçado por causa da evidente convicção extrema do ministro em relação à justiça de sua causa. Muitos acreditam que sua corajosa e aparentemente vitoriosa batalha contra o câncer das glândulas linfáticas reforçou nele a convicção de ser um homem escolhido pelo destino para liderar a libertação de seu

país da escravidão da dívida. Os que terão de negociar com ele nas próximas semanas rapidamente perceberão no ministro uma férrea autoconfiança que alguns descrevem como uma obstinação suicida.

Ele usou esta autoconfiança, obtendo um efeito espantoso, no mês passado, durante as conversações com o grupo dos governos credores do Clube de Paris, quando sua apocalíptica ameaça de invocar uma moratória plena sobre as dívidas de governo a governo feitas pelo Brasil arrancou um acordo sem precedentes de reescalonamento, sem a imposição de um programa do FMI.

O que agora está preocupando seus colegas no Brasil é se esta atitude temerária terá o mesmo impacto sobre o Comitê Assessor de Bancos, habituado à moderação.

O argumento de Funaro, elegantemente apresentado numa entrevista nesta semana, é essencialmente moral. Mas suas armas são brutais — a ameaça não expressa de que, se for necessário, ele levará seu país a uma moratória plena e a um glorioso isolamento. Ninguém, ao menos no Brasil, duvida que ele possa fazer isso.

Entretanto, Funaro está preocupado em mostrar-se conciliador. A suspensão dos pagamentos de juros a longo prazo na semana passada foi "uma ação defensiva, não agressiva", afirma Funaro.

"O Brasil não está em crise. Não precisa de monitoração do FMI. Tem o terceiro maior superávit comercial do mundo e um déficit do setor público mais baixo do que o da maioria de seus credores".

Ao invés, destaca o ministro, o problema está fora do Brasil, com os credores estrangeiros que romperam um consenso de vinte anos a respeito do desenvolvimento, quando estourou pela primeira vez a crise da dívida mexicana em 1982. O congelamento de créditos reverteu o fluxo de fundos a tal ponto que o Brasil chegou a pagar, nos últimos quatro anos, US\$ 45 bilhões, recebendo em troca apenas US\$ 11 bilhões.

"Há uma confusão nesta discussão", afirma ele. "Quem aumentou as taxas de juro, quem mudou as regras não foi o Brasil. Nós simplesmente não podemos permitir ajustes com recessão."

Funaro não admite também que a decisão de terceira de congelar efetivamente as linhas de crédito

a curto prazo dentro do sistema bancário brasileiro represente uma intensificação das hostilidades. "Nós permitimos que alguns bancos retirassem seus fundos e não voltassem a conceder créditos. Isso foi uma escalada. Decidimos que chegou a hora de aplicar o contrato", disse ele.

E o Brasil não teria rompido o contrato com a suspensão dos pagamentos dos juros? "Não", responde Funaro, depois de uma pausa.

Mas, se os argumentos morais de Funaro em favor da justiça natural em relação ao problema da dívida têm valor, estão porém minados por seu desempenho na condução da economia interna no Brasil. Desde o colapso do Plano Cruzado, a inflação reativou-se novamente, chegando a um recorde de 16,8% no mês passado.

Os primeiros sinais de recessão estão surgindo, mas, apesar, disso, Funaro parece notavelmente des-

preocupado em relação aos apelos para que seja adotada uma ação rápida tanto internamente quanto externamente.

Como ele planeja tratar o problema da inflação galopante? "Que problema?", responde ele irritado. A economia — insiste — entrará nos trilhos com os ajustes de preços e os cortes de despesas agora em andamento. Nenhuma ação urgente é necessária.

E esta aparente displicência em face de uma situação, considerada pela maioria dos brasileiros pelo menos como crítica, que aborrece tanto a classe empresarial de São Paulo de onde veio o ministro.

"Ele não tem absolutamente nenhum conceito da lei de mercado", disse um destacado político, "mas apenas a convicção de que está certo."

Apesar de sua formidável habilidade política, Funaro não tem uma forte base de apoio dentro do principal partido da coalizão, o PMDB. Contudo, perse-

guindo os objetivos amplamente progressistas do partido — dureza em relação à dívida externa, determinação para redistribuir a riqueza, tenacidade contra a recessão —, ele vinculou firmemente o partido à sua estratégia.

Os maquiavélicos em Brasília acreditam que o presidente Sarney possa estar usando Funaro para jogar uma longa partida. Se Funaro conseguir sucesso, isso será maravilhoso. Mas se ele falhar, o PMDB também falhará e o presidente ficará livre para consolidar uma coalizão mais inclinada para a direita, que poderá até mesmo aprovar uma volta ao FMI.

Para Funaro, político e patriota, as conversações das próximas semanas representam uma Waterloo particular. Muitos no Brasil temem que, ao encarar de frente os grandes canhões da comunidade bancária internacional, Funaro estaria na realidade liderando a bateria da Brigada Ligeira.